



**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS/RJ**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL**

(Processo Administrativo nº 20.702/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, CUJO OBJETO  
É O **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**  
**RELACIONADOS, DESTINADOS AO APOIO À**  
**INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE**  
**DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS/RJ, QUE**  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS, POR  
INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESA CIVIL  
E .....

O Município de Teresópolis, com sede na Avenida Feliciano Sodré, nº 595, Várzea, Teresópolis/RJ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.138.369/0001-47, neste ato representado pela Secretária Municipal de Defesa Civil, **nome** portador da carteira de identidade nº **xxxxx**, inscrito no CPF/MF sob o nº **xxxxxxx** nomeado pela Portaria nº **XXX** de **XX** de **XXXXX** de 20**XX**, publicada no Diário Oficial de Teresópolis de **XX** de **XXXXX** de 20**XX**, portador da matrícula funcional nº **XXXX** doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **20.702/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº 90045/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é o **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RELACIONADOS, DESTINADOS AO APOIO À INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS/RJ**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)	U. M.	CATMAT CATSER	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PICK UP CABINE DUPLA MOTORIZAÇÃO DIESEL TURBO, TRACÇÃO	UN	611520	02		



<p>4X4, ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR • MOTOR: TURBO DIESEL, 4 CILINDROS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 200 CV E TORQUE MÍNIMO DE 50 KGFM • TRANSMISSÃO: MANUAL DE 6 VELOCIDADES • TRAÇÃO: 4X4 COM SELETOR ELETRÔNICO (INCLUINDO REDUZIDA) • FREIOS: SISTEMA ABS NAS 4 RODAS COM EBD E ASSISTÊNCIA DE FRENAGEM • AIRBAGS: NO MÍNIMO 6 AIRBAGS (FRONTAIS, LATERAIS E CORTINA), COM POSSIBILIDADE DE DESATIVAÇÃO DO AIRBAG DO PASSAGEIRO • SISTEMA DE SEGURANÇA: CONTROLE DE ESTABILIDADE (ESP), CONTROLE DE TRAÇÃO, CONTROLE ANTICAPOTAMENTO, ALERTA DE PRESSÃO DOS PNEUS, CONTROLE DE VELOCIDADE EM DECLIVE (HDC) • CONECTIVIDADE: CENTRAL MULTIMÍDIA COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE DE NO MÍNIMO 10 POLEGADAS, COMPATÍVEL COM ANDROID AUTO E APPLE CARPLAY • PAINEL DE INSTRUMENTOS: DIGITAL COLORIDO COM NO MÍNIMO 7 POLEGADAS • CÂMERA: DE RÉ COM IMAGEM EM ALTA RESOLUÇÃO E DESEMPAÇADOR TRASEIRO • DIREÇÃO: ELÉTRICA PROGRESSIVA COM COLUNA REGULÁVEL EM ALTURA E PROFUNDIDADE • VIDROS: ELÉTRICOS NAS 4 PORTAS COM FUNÇÃO UM-TOQUE E ANTI ESMAGAMENTO • ESPELHOS:</p>					
--	--	--	--	--	--



	RETROVISORES EXTERNOS ELÉTRICOS COM REPETIDORAS DE SETA • FARÓIS: LUZES DE CONDUÇÃO DIURNA (DRL) EM LED, FARÓIS DE NEBLINA EM LED • RODAS E PNEUS: RODAS DE AÇO OU LIGA LEVE ARO 16" OU 17" COM PNEUS RADIAIS ADEQUADOS AO USO MISTO • CAÇAMBA: GANCHOS PARA AMARRAÇÃO DE CARGA E TRAVA ELÉTRICA DA TAMPA TRASEIRA • OUTROS: AR-CONDICIONADO, ALARME ANTIFURTO, PARTIDA SEM CHAVE, SELETOR ELETRÔNICO DE TRAÇÃO, LUZ DE POSIÇÃO EM LED. • GIROFLEX: SINALIZADOR TIPO BARRA EM ARCO OU RETA, COM VISUALIZAÇÃO 360°, SIRENE EMBUTIDA E AMPLIFICADOR. • ADICIONAIS OBRIGATÓRIOS: SERVIÇO DE ADESIVAMENTO E EMPLACAMENTO.					
02	<b>UTILITÁRIO</b> COMPACTO, 4 PORTAS, 5 LUGARES, MOTORIZAÇÃO A GASOLINA, ANO/MODELO 2026 OU SUPERIOR. • MOTOR: 3 CILINDROS, TURBO, INJEÇÃO DIRETA DE COMBUSTÍVEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 105 CV E TORQUE MÍNIMO DE 16,5 KGFM • TRANSMISSÃO: AUTOMÁTICA DE 6 VELOCIDADES • SEGURANÇA: NO MÍNIMO 4 AIRBAGS (FRONTAIS + LATERAIS), CONTROLE ELETRÔNICO DE	UN	292813	01		



	ESTABILIDADE (ESC), CONTROLE DE TRAÇÃO (ASR) E ASSISTENTE DE PARTIDA EM RAMPA (HILL HOLD CONTROL), FRENAGEM AUTOMÁTICA PÓS COLISÃO, ALERTA SONORO E VISUAL DE NÃO USO DOS CINTOS DE SEGURANÇA (DIANTEIROS E TRASEIROS), SENSORES DE ESTACIONAMENTO TRASEIROS, FIXAÇÃO ISOFIX PARA CADEIRINHA NO BANCO TRASEIRO • CONECTIVIDADE: CENTRAL MULTIMÍDIA COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE DE NO MÍNIMO 9,5 POLEGADAS, COM ESPELHAMENTO DE SMARTPHONE (ANDROID AUTO E APPLE CARPLAY), PAINEL DE INSTRUMENTOS DIGITAL COM NO MÍNIMO 7 POLEGADAS • DIREÇÃO ELÉTRICA • AR-CONDICIONADO COM FILTRO DE POEIRA E PÓLEN • VIDROS ELÉTRICOS NAS 4 PORTAS COM FUNÇÃO “ONE TOUCH” NOS DIANTEIROS • COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE • BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA • BANCO TRASEIRO REBATÍVEL • VOLANTE MULTIFUNCIONAL EM COURO COM PADDLE SHIFT (TROCA DE MARCHAS) • ACESSO AO VEÍCULO SEM CHAVE (KEYLESS ENTRY) E PARTIDA POR BOTÃO • PILOTO AUTOMÁTICO (CONTROLE DE VELOCIDADE AUTOMÁTICO) • ESPELHOS RETROVISORES					
--	---	--	--	--	--	--



	EXTERNOS ELÉTRICOS • FARÓIS EM LED COM LUZ DE CONDUÇÃO DIURNA (DRL) INTEGRADA • TOMADAS USB TIPO C • SISTEMA START-STOP • RODAS E PNEUS: RODAS DE LIGA LEVE ARO 15" OU 16" COM PNEUS 185/65 R15 OU EQUIVALENTES • OUTROS: ALARME ANTIFURTO COM CONTROLE REMOTO, DESEMBAÇADOR TRASEIRO, LIMPADOR E LAVADOR DO VIDRO TRASEIRO, LUZES DE LEITURA DIANTEIRAS E TRASEIRAS. • ADICIONAIS OBRIGATÓRIOS: SERVIÇO DE EMPLACAMENTO.					
03	<b>GIROFLEX</b> TIPO BARRA SINALIZADORA EM FORMA DE ARCO OU RETA QUE PERMITA VISUALIZAÇÃO TOTAL EM ÂNGULO DE 360º • COMPOSTO POR, NO MÍNIMO, 20 REFLETORES COM LEDS DE ALTO BRILHO • CIRCUITO ELETRÔNICO QUE GERENCIE A CORRENTE ELÉTRICA, SISTEMA COM EFEITOS LUMINOSOS E FUNÇÕES QUE INDICAM O SENTIDO DE DIREÇÃO • SINALIZAÇÃO ACÚSTICA COM AMPLIFICADOR, FIXADOR PARA TETO DO VEÍCULO • MONITOR DE FALHAS ELÉTRICAS QUE SINALIZE BATERIA BAIXA • SIRENE EMBUTIDA E AMPLIFICADOR	UN	468311	05		



	INCORPORADO • ADICIONAIS: SERVIÇO DE INSTALAÇÃO					
04	<p><b>GPS VEICULAR</b></p> <p>TELA SENSÍVEL AO TOQUE (TOUCH SCREEN) COLORIDA • TAMANHO DA TELA: NO MÍNIMO 7 POLEGADAS; • SISTEMA DE NAVEGAÇÃO COM MAPAS DO BRASIL ATUALIZADOS, CONTENDO NO MÍNIMO 1.000 CIDADES PLENAMENTE MAPEADAS E SUPORE A PONTOS DE INTERESSE (POIS); • FUNÇÕES DE ALERTA DE RADARES FIXOS E MÓVEIS; • RECÁLCULO AUTOMÁTICO DE ROTA; • VISUALIZAÇÃO DE MAPAS EM 2D E 3D; • BUSCA POR ENDEREÇOS, PONTOS DE INTERESSE, CEP E COORDENADAS GEOGRÁFICAS; • INSTRUÇÕES SONORAS E VISUAIS EM PORTUGUÊS; • COMPUTADOR DE BORDO (VELOCIDADE, TEMPO ESTIMADO, DISTÂNCIA, ETC.); • SUPORE A CARTÃO MICRO SD PARA EXPANSÃO DE MEMÓRIA E MAPAS; • CONECTIVIDADE USB; • ALIMENTAÇÃO BIVOLT (12V/24V); • MODOS DIURNO E NOTURNO; • INCLUI: SUPORE VEICULAR, CARREGADOR VEICULAR E CABO USB.</p>	UN	631384	08		
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$</b>			



1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência do contrato é de **90 (noventa) dias** contados a partir de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE GARANTIA**

- 4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), dado pelo fabricante e executado pelo fornecedor, cuja vigência terá início na data em que ocorrer o recebimento definitivo do objeto, na forma do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, sendo o prazo mínimo de 12 meses de garantia, com assistência técnica autorizada no território nacional.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



## CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1.1. A Administração terá o prazo de **60 (sessenta dias)**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**;
- 8.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.
- 8.1.4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 8.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 8.1.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 8.1.7. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- 8.1.8. Aplicar a CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.



8.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 9.1.1. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da lei 14.133 de 2021);
- 9.1.2. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021);
- 9.1.3. Cumprir fielmente as especificações técnicas;
- 9.1.4. Substituir itens defeituosos;
- 9.1.5. Garantir a qualidade e procedência dos produtos fornecidos;
- 9.1.6. Cumprir prazos e condições estabelecidos no contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4” deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens “11.1.5”, “11.1.6”, “11.1.7” e “11.1.8” deste Contrato, bem como nos subitens “11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. **Multa:**

- a) Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
- b) Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de .....% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c) O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133 de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):



- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



12.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

- 12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de



justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto nº 11.462/2023, no Decreto Municipal nº. 6.103/2023 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Obriga-se a Contratante a proceder a publicação, em extrato, do presente, no prazo legal, no Diário Oficial Eletrônico que publica as matérias oficiais deste Município, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP que será condição indispensável a eficácia do contrato na forma do art. 94, da Lei Federal 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO**

17.1. Fica eleito o Foro Do Município de Teresópolis/RJ. para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

18.1. O presente Contrato tem fundamento legal no inciso XLI, do art. 6º, e no inciso I, do art. 28 da Lei Federal n.º 14.133/2021. Aplica-se ao presente contrato a Lei nº. 14.133/2021, o Decreto Municipal nº. 6.103/2023 e demais legislações municipais aplicáveis à espécie;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - TAXA DE EXPEDIENTE**

19.1. Obriga-se a Contratada a proceder ao recolhimento da Taxa de Expediente, no ato de assinatura do presente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL



PREFEITURA MUNICIPAL  
**TERESÓPOLIS**  
*acima de tudo!*

Processo nº 20.702/2026

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

20.1. Em caso de rescisão contratual é assegurado à Administração Municipal a Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

Teresópolis, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-